

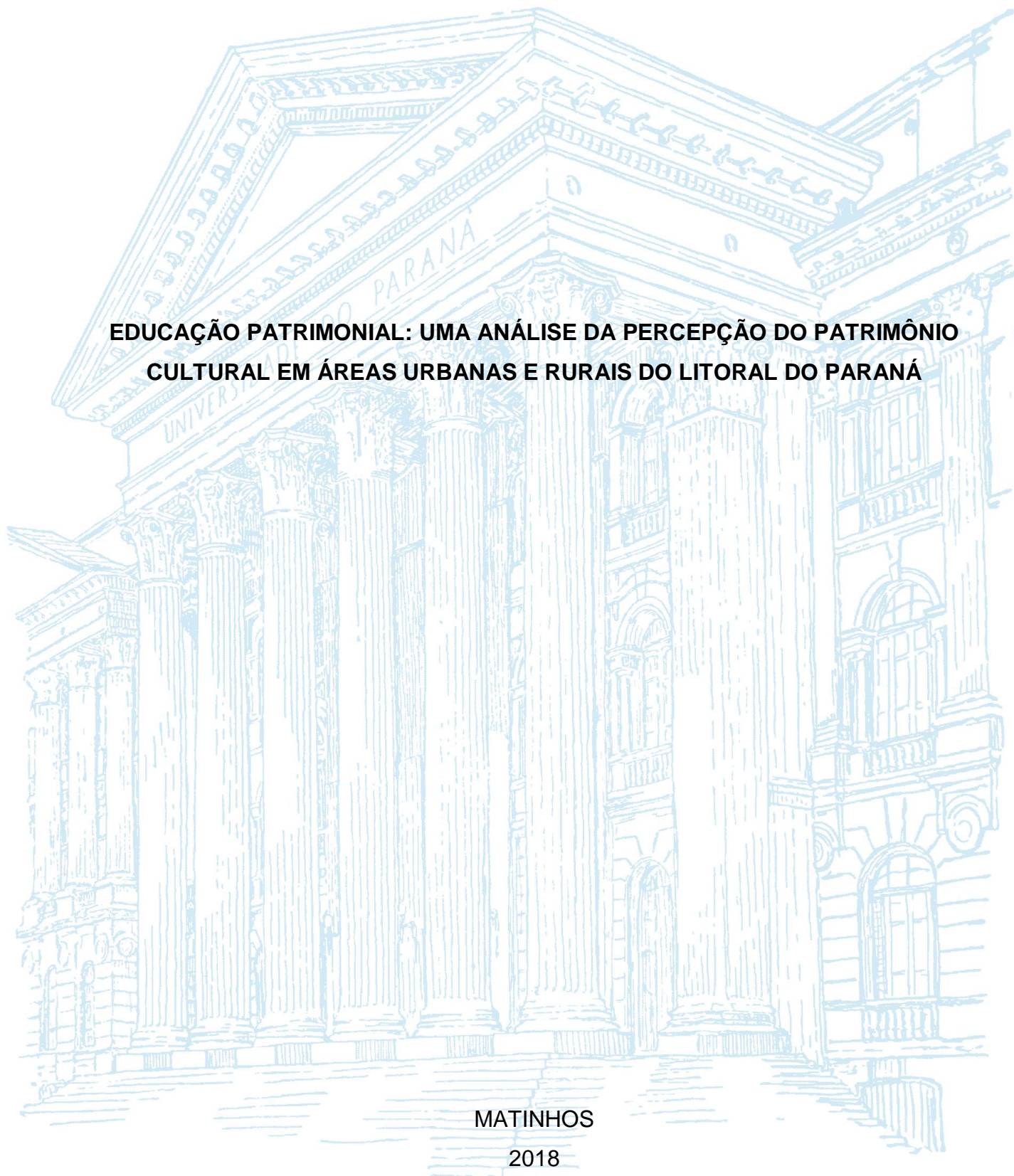
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRESSA MATTOZO

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM ÁREAS URBANAS E RURAIS DO LITORAL DO PARANÁ

MATINHOS

2018



ANDRESSA MATTOZO

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL EM ÁREAS URBANAS E RURAIS DO LITORAL DO PARANÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Tecnologia em Gestão Imobiliária, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Imobiliária.

Orientadora: Prof^a. Dra. Helena Midori Kashiwagi

MATINHOS

2018

TERMO DE APROVAÇÃO



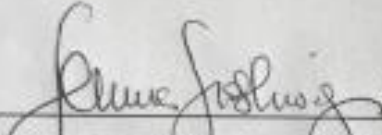
Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral
Câmara de Gestão Imobiliária

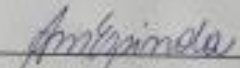


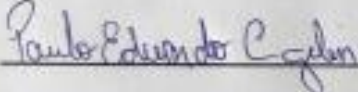
PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo orientador **HELENA MIDORI KASHIWAGI**, realizaram em **30/11/2018** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **ANDRESSA MATTOZO**, sob o título "**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL; UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM ÁREAS URBANAS E RURAIS DO LITORAL DO PARANÁ**", para obtenção do Título de *Tecnólogo em Gestão Imobiliária* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo o estudante recebido conceito "AS".

Matinhos, 30 de novembro de 2018.


Prof. Dr. Helena Midori Kashiwagi


Prof. Dr. Andréa Maximo Espinola


Prof. Dr. Paulo Eduardo Angelin


Estudante
Andressa Mattozo

APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Plena

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, pois é minha base, meu sustento, meu refúgio e minha força. A minha mãe Arlene do Rocio Mattozo (in memoriam) e a minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, pois sem Ele não teria começado essa jornada e tão pouco terminado.

A minha mãe Arlene do Rocio Mattozo (*in memoriam*), a principal responsável por essa decisão mais importante que tomei em minha vida e que infelizmente não estará presente na conclusão desse sonho.

A minha família pelo apoio, amor, carinho e principalmente paciência.

Aos meus colegas de sala – Kelly, Marcos, Cristoffer, Aline e Iury.

A Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral e a todos os professores que com seu vasto conhecimento nos transmitiu um pouco dessa valiosa sabedoria.

A Professora Helena Midori Kashiwagi que sempre me apoiou e me incentivou, não somente na vida acadêmica mas sim na vida do cotidiano.

Meu sincero agradecimento a todos.

Feliz é o homem que acha sabedoria, e o homem que adquire entendimento,
pois melhor é o lucro que ela dá do que o lucro da prata, e a sua renda do que ouro.
Mais preciosa é do que as jóias e nada do que possa desejar é comparável a ela.
(Provérbios 3;13-15)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a percepção do patrimônio cultural material e imaterial em alunos de escolas municipais de Paranaguá (área rural) e estaduais de Matinhos (área urbana). O embasamento teórico segue a base legal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2013) onde considera que a Educação Patrimonial é o compartilhar de conhecimento entre as pessoas, visando a compreensão e transformação de uma realidade, que resulte em ações educativas para preservação de um patrimônio cultural. Nesse sentido, concebe-se a Educação Patrimonial os processos educativos que primam pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas. A metodologia utilizada para análise dos dados coletados foi o método Kozel (2001) para a interpretação dos signos nos mapas mentais. Na coleta solicitou-se para as crianças representarem por meio de desenho sua percepção sobre patrimônio material e imaterial. Os mapas mentais foram analisados e levantados os signos mais incidentes sobre a percepção sobre patrimônio. Verificou-se certa limitação na noção de patrimônio, o que nos leva a acreditar que o isolamento geográfico seja um fator limitador na percepção da criança sobre os aspectos da cidade. Essa pesquisa nos leva a concluir que existe muito trabalho a ser desenvolvido na questão da Educação Patrimonial nas escolas municipais seja em área rural e em área urbana.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Percepção. Lugar. Identidade.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA MENTAL 1 – Salão de Festa da Ilha.....	33
FIGURA 2 – MAPA MENTAL 2 – Chácara dos Pôneis	34
FIGURA 3 – MAPA MENTAL 3 – Trapiche “Pracinha”	34
FIGURA 4 – MAPA MENTAL 4 – A Igreja	Erro! Indicador não definido. 35
FIGURA 5 – MAPA MENTAL 5 – A Capoeira	36
FIGURA 6 – MAPA MENTAL 6 – Festa Junina.....	36
FIGURA 7 – MAPA MENTAL 7 – O Rodeio	37
FIGURA 8 – MAPA MENTAL 8 – O Natal	38
FIGURA 9 – MAPA MENTAL 9 – Festa Junina.....	38
FIGURA 10 – MAPA MENTAL 10 – CTG - Rodeiro	39
FIGURA 11 – MAPA MENTAL 11 – Mercado do Peixe	39
FIGURA 12 – MAPA MENTAL 12 - Prefeitura e o Posto de Saúde	40
FIGURA 13 – MAPA MENTAL 13 – Prefeitura e a Delegacia.....	41
FIGURA 14 – MAPA MENTAL 14 - Prefeitura.....	41
FIGURA 15 – MAPA MENTAL 15 – Teleférico.....	42
FIGURA 16 – MAPA MENTAL 16 – Tradicional Pesca.....	43
FIGURA 17 – MAPA MENTAL 17 - Museu	43
FIGURA 18 – MAPA MENTAL 18 – Posto de Saúde.....	44
FIGURA 19 – MAPA MENTAL 19 – A Escola	45

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	JUSTIFICATIVA.....	17
1.2	OBJETIVOS.....	17
1.2.1	Objetivo geral.....	17
1.2.2	Objetivos específicos.....	17
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	17
2.1	CONCEITO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	23
2.2	PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL.....	24
2.3	LUGAR E IDENTIDADE	24
2.4	IMAGEM COMO SIGNO.....	25
3	OBJETO DE ESTUDO	27
4	METODOLOGIA DE PESQUISA	30
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	32
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS	47

1. INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural brasileiro, segundo a Constituição Federal de 1988, constitui-se de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. A preservação do patrimônio material de um grupo social está relacionada com a preservação do patrimônio imaterial – as formas de expressão, os modos de vida, as manifestações artístico-culturais – para preservar as construções históricas, de patrimônio público ou privado. Na atualidade, verifica-se a preocupação de profissionais da área de preservação patrimonial, pesquisadores e Ministério da Cultura em desenvolver mecanismos para diagnosticar a compreensão da população sobre a importância de se preservar o patrimônio cultural de um lugar. Um desses mecanismos é a Educação Patrimonial.

A política do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) para a Educação Patrimonial busca formas de implementar uma postura educativa em todas as suas ações institucionais. Isso significa que o IPHAN espera que cada vez mais suas representações espalhadas por todo o território nacional, funcionem como centros de diálogo e construção conjunta com a sociedade de políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio cultural. O IPHAN concebe Educação Patrimonial como todos os processos educativos que primem pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas.

Com o levantamento dessa pesquisa as comunidades são contempladas com projetos diversos, nos quais as ações teórico-práticas são aplicadas como complementação das atividades formativas dos alunos. Essas ações educativas acontecem em todo o litoral paranaense, o projeto de investigação iniciou-se no município de Matinhos e hoje está sendo aplicado nas escolas municipais do município de Paranaguá. Estima-se a partir dos resultados dessa investigação a articulação também com alunos da rede estadual de ensino público, ampliando-se a faixa etária dos sujeitos e novos panoramas – mais complexos – de percepção do patrimônio cultural.

Nesse sentido, o presente estudo objetiva analisar a percepção de patrimônio cultural material e imaterial de escolas municipais de Paranaguá-PR e colégios estaduais de Matinhos-PR por meio de ações de Educação Patrimonial.

1.1 JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa tem como justificativa a necessidade de valorização e reconhecimento do patrimônio cultural, material e imaterial, do Município aonde os indivíduos residem e constroem suas relações cotidianas. Verifica-se que é fundamental compreender a percepção dos indivíduos sobre patrimônio, identidade local e a memória dos lugares. Acredita ser importante resgatar os valores culturais para promover ações de educação patrimonial.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a percepção do Patrimônio Cultural em áreas urbanas e rurais no Litoral do Paraná.

1.2.2 Objetivos específicos

- Comparar a percepção de indivíduos de área urbana e rural.
- Compreender a influência da localização geográfica na percepção do indivíduo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) considera como patrimônio cultural o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade, presentes nas ruas, nas casas em todos os lugares, nas manifestações culturais como a dança, música, artes em geral, nos acervos dos museus, na arquitetura das igrejas, nos cultos sagrados, e nos espaços ao ar livre

aonde haja alguma expressão cultural. Também considera como patrimônio cultural o modo de fazer, criar e trabalhar, incluem-se as poesias, declamações, brincadeiras e cultos proferidos. Essas e outras manifestações representam o patrimônio cultural de um povo e caracterizam a formação da identidade local (IPHAN, 2013)

A Constituição Federal ao discorrer sobre patrimônio cultural estabelece que os bens culturais podem ser material e imaterial, individuais ou coletivos, portadores de identidade e a memória de um grupo social, também podem ser as mais diversas formas de expressão, os modos de vida, as criações artísticas, científicas e tecnológicas, obras, objetos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. Consideram-se também como patrimônio cultural conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Para o IPHAN, os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito às práticas e domínios da vida social manifestadas nos saberes locais, ofícios e modos de fazer; nas celebrações e festas religiosas; nas formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e, nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). Ressalta-se a importância de se preservar os patrimônios culturais imateriais, porque são transmitidos de geração a geração, os quais podem sofrer transformações, serem recriados, em função das mudanças do meio ambiente, da interação do povo com a natureza e história. Dessa forma, preserva-se também o sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2013).

Essa breve conceituação legal sobre patrimônio cultural de natureza material e imaterial é fundamental, pois possibilita-nos uma melhor análise e interpretação dos mapas mentais, para melhor clareza para identificar os signos que remetem ao patrimônio imaterial do lugar. Pois, para se reconhecer os elementos sógnicos dos mapas mentais que possam vir a representar o patrimônio cultural de natureza material e imaterial, é interessante nos remetermos inicialmente ao que diz a Constituição Federal Brasileira sobre o patrimônio cultural. Nos artigos 215 e 216 verifica-se que a noção de patrimônio cultural foi ampliada ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento (**Decreto-Lei nº. 25, de 30/11/1937**), que se destina à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos (BRASIL, 1988).

Para o IPHAN a Educação Patrimonial é o compartilhar de conhecimento entre as pessoas, visando a compreensão e transformação de uma realidade, que resulte em ações educativas para preservação de um patrimônio cultural (IPHAN, 2013). Na visão de Paes (2013, p. 41) a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio. O sucesso das ações de Educação Patrimonial depende da priorização do diálogo com a comunidade envolvida, por ser a detentora das referências culturais. Essas ações visam incentivar um grupo social a apropriar-se do patrimônio cultural material ou imaterial para preservar a identidade local.

Já para Angelin (2010, p. 55) a Educação Patrimonial deve ser entendida como um agente mediador da informação, que visa à construção do conhecimento, o desenvolvimento do pensamento crítico/reflexivo do patrimônio cultural. A apropriação da informação é responsável pelo processo de transformação da realidade, pois não há como os sujeitos valorizarem e preservarem um patrimônio se não conhecerem a importância do patrimônio para a comunidade. A Educação Patrimonial, como mediadora da informação, consiste em uma forma de resgatar a memória e identidade cultural de uma comunidade.

Nessa perspectiva, concordamos com Angelin em considerarmos as ações pedagógicas de Educação Patrimonial como um processo de mediação, onde se busca a transformação do conhecimento atual que está provocando a desvalorização ou esquecimento do patrimônio cultural. Mas, essa mudança no modo de pensar, agir, fazer, pode ser dificultada pela falta de confiança no visitante/pesquisador/educador, necessitando antes estratégias de aproximação. Esse comportamento é visto em diversas comunidades do litoral norte do Paraná, principalmente, nas comunidades insulares. O descrédito deve-se as expectativas provocadas pelos pesquisadores que após a conclusão da investigação não trazem nenhum retorno às comunidades.

Diante desse comportamento inicialmente introspectivo e reservado dos moradores das comunidades caiçaras verificou-se que a utilização do mapa mental para uma primeira investigação sobre as impressões dos indivíduos sobre o lugar, houve receptividade, pois não haveriam riscos de serem denunciados. Nas representações mentais verificou-se que os moradores descreveram o mundo vivido cotidiano e recordações de uma cultura que se perdeu com as intervenções dos homens da cidade. Por esse motivo, o aporte metodológico de investigação adotado nessa pesquisa é a ferramenta de mapas mentais.

Acredita-se que o mapa mental pode contribuir às ações pedagógicas de Educação Patrimonial em vários momentos: a) nas aproximações com a comunidade local; b) na descoberta de novos patrimônios culturais materiais e imateriais velados ao longo da história; c) na revelação de antigos patrimônios materiais e imateriais perdidos nas memórias dos mais antigos; d) na avaliação do nível de importância de um patrimônio cultural de acordo com a faixa etária dos indivíduos; e) na caracterização física das manifestações artísticas e culturais; e por fim, subsídios para revelar a identidade de uma comunidade.

Os mapas mentais como método de investigação foram utilizados pioneiramente por Lynch nos anos de 1960, avaliando pela percepção do indivíduo as impressões reais dos elementos urbanos provocadas sobre um observador, a aquisição de valores e a criação da identidade de um lugar. Com as experiências práticas com mapas mentais em habitantes de algumas cidades norte-americanas como Boston, Jersey City e Los Angeles, Lynch observou que as imagens representadas não eram apenas o resultado de características exteriores, mas também um produto do observador. Mesmo que a percepção da cidade, em essência, seja um fenômeno temporal, a clarificação das partes já seria um primeiro passo nas tomadas de decisões de planejamento urbano (LYNCH, 1997).

Lynch (1997, p. 166) verificou que nas ações de planejamento a identificação dos elementos principais “potencialidades ou problemáticas” de uma cidade é mais efetiva quando há a correlação entre o conjunto de mapas mentais com entrevistas verbais, pois os elementos principais raramente apareciam em apenas uma fonte. Lynch acreditava que na verbalização os elementos principais destacavam-se, porque, nos mapas mentais, devido à dificuldade dos indivíduos de desenhar as partes mais complexas da observação, acabavam sendo excluídas, tornando os desenhos fragmentados e deformados. Embora as entrevistas sejam uma reação a uma realidade física, para Lynch a melhor maneira de definir essa realidade não estava num método quantitativo, “factual”, mas na percepção do indivíduo.

Nogueira (2004, p. 125) mostra-nos que estudos recentes apontam os mapas mentais como metodologia de investigação nos debates de percepção ambiental, percepção de paisagens e nos trabalhos de antropologia. Nesse sentido, um bom exemplo de aplicação de mapas mentais como ferramental metodológico está na pesquisa de Kozel (2001), “Imagens e linguagens do geográfico: Curitiba

capital ecológica”, em que a autora utiliza os aportes teóricos e metodológicos de mapas mentais para investigar pelo olhar de 4 grupos de sujeitos – morador (geral, estudantes do Ensino Fundamental e estudantes do 3º grau) e não morador – a percepção deles sobre “Curitiba a capital ecológica”. Com o caminhar natural de um tema instigante como o mapa mental, Kozel (2001) considerando o mapa mental como um “texto”, e na busca de interpretação, desenvolveu uma metodologia que possibilitou uma análise criteriosa dos signos existentes nos mapas mentais. Esse modelo foi implementado com algumas adaptações por outros pesquisadores, comprovando a validade científica dessa metodologia, atualmente, conhecida como “Metodologia Kozel”.

A Metodologia Kozel foi aplicada pela primeira vez na pesquisa de mestrado de Helena Midori Kashiwagi (2004), “O processo de percepção e apropriação do espaço nas comunidades marginais urbanas: o caso da favela do Parolin em Curitiba – PR”, cuja metodologia Kozel contribuiu para interpretar os mapas mentais aplicados nos moradores de uma favela. A metodologia Kozel demonstrou-se eficaz ao apresentar resultados efetivos no desvelar dos elementos sógnicos topofílicos e topofóbicos de uma paisagem, essenciais em quaisquer processos de intervenção urbana, apontando para novos caminhos e possibilidades no planejamento urbano. Foi utilizada também nas pesquisas de mestrado de Letícia Bartoszeck Nitsche (2007), “Uma abordagem da Geografia Cultural para o estudo do espaço vivido no roteiro turístico rural Caminhos do Guajuvira em Araucária – PR” e de Wilson Galvão (2007), “Que Geografia se ensina? Um estudo sobre as representações de Geografia segundo alunos da 6ª série do Ensino Fundamental”.

Entretanto Estébanez (1981, p. 15) apesar de considerar a grande importância do papel dos mapas mentais nos trabalhos teóricos da Geografia, aponta as limitações desse instrumento de investigação nos resultados obtidos, gerando dúvidas nas interpretações devido às técnicas empregadas para a sua confecção. A complexidade na compreensão da imagem mental e o escasso conhecimento sobre ela são algumas das limitações que conduzem ao condicionamento dos resultados e a interpretação dos signos existentes nos mapas mentais.

Para Herrero (1995, p. 52), as críticas mais contundentes sobre mapas mentais são as de Zeno Pylyshyn (1981), o qual sustenta que as representações mentais do espaço não parecem mapas, senão descrições verbais, e jamais

poderiam generalizar as formas gráficas bidimensionais. Na visão de Stephen Kosslyn (1981), as representações mentais do espaço são imagens bidimensionais, contínuas e analógicas, cujas configurações seriam similares aos mapas, e, apesar de inexatas, poderiam ser utilizadas como instrumento de trabalho.

Apesar das críticas, o pioneirismo de Lynch na década de 1960 com a utilização dos mapas mentais como instrumento de investigação da percepção humana sobre o espaço vivido, tornou-se ao longo do tempo referência mundial para os atuais pesquisadores. Como se trata de um método subjetivo, ainda são poucos os estudos metodológicos. O que se observa são métodos de análise que resultam em classificações com critérios específicos, mas com pouca tentativa de interpretação e significação do signos existentes nas imagens mentais. Assim, partimos para uma breve exposição de algumas metodologias, por considerarmos importante para contextualizar o mapa mental como um instrumento de investigação.

Na visão de Escobar (1992, p. 50), os trabalhos publicados até a década de 1990 que utilizaram o uso de mapas mentais chegaram a conclusões similares, independente do método de interpretação empregado, convergindo para um equilíbrio consensual do uso do mapa mental nas representações cognitivas. Atualmente, ainda verificam-se poucas metodologias de interpretação de mapas mentais, talvez a mais conhecida é do arquiteto e urbanista Kevin Lynch (LYNCH, 1997), na década de 1960, por ser precursor no uso de mapas mentais para as análises comportamentais do indivíduo sobre o meio ambiente, identificando elementos que constituem a imagem urbana e possibilitam a legibilidade de uma cidade.

Contudo, existem outras metodologias que também marcaram a história das pesquisas sobre mapas mentais, como de Lloyd Rodwin (década de 1960); Peter Gould e Alexander W. Siegel (década de 1970); Gary Trent Moore (década de 1980); Constancio de Castro Aguirre (década de 1990); e, no início do século XXI, a metodologia de Salette Kozel (2001). Recentemente na pesquisa de doutoramento da Professora Helena Midori Kashiwagi, que propôs uma nova metodologia de análise e interpretação de mapas mentais, na qual aprofundou a metodologia Kozel e avançou para a proposição de homonímias sígnicas (KASHIWAGI, 2011).

2.1 CONCEITO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tem em sua política para a Educação Patrimonial, a busca contínua de formas de implementar uma postura educativa em todas as suas ações institucionais, fazendo que cada vez mais, suas representações espalhadas por todo o território nacional, funcionem como centros de diálogo e construção conjunta com a sociedade de políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio cultural. Segundo o IPHAN, a Educação Patrimonial concebe-se em todos os processos educativos que primem pela construção coletiva do conhecimento, pela capacidade de diálogo entre os agentes sociais e pela participação efetiva nas comunidades onde diversas noções de patrimônio cultural são encontradas.

As ações de Educação Patrimonial dependem da priorização do diálogo com a comunidade envolvida para obter sucesso, e visar sempre o incentivo do grupo social a apropriar-se desse patrimônio cultural material ou imaterial, preservando assim a identidade local.

Concorda-se com Angelin (2010, p.55), ao considerar que as ações de Educação Patrimonial devem ser entendidas como um agente mediador da informação, onde se busca a transformação do conhecimento atual. A apropriação da informação é responsável pelo processo de transformação da realidade, de outra forma, não existiria a valorização e preservação do patrimônio pelo sujeito. A Educação Patrimonial serve como mediadora desse processo, que consiste em formas de resgate da memória e identidade cultural da comunidade. Porém, devido à falta de confiança dos sujeitos no visitante/pesquisador/educador, esse processo de mudança nos modos de agir, pensar e fazer pode se mostrar muito difícil, fazendo com que sejam necessárias algumas técnicas de aproximação com a comunidade antes. Esse descrédito, que é visto com frequência nas comunidades do Litoral do Paraná, principalmente nas insulares, deve-se a falta de algum tipo de retorno de alguns pesquisadores a comunidade após a conclusão de suas investigações.

2.2 PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

A Constituição Federal, artigos 215 e 216, reconhece a existência de bens culturais de natureza material ou imaterial, individuais ou coletivos, e também podem ser as mais diversas formas de expressão, modos de vida, edificações, etc. Também são considerados como patrimônio cultural os conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988). Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entende como patrimônio cultural e identidade local o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, assim como seu modo de fazer, criar e trabalhar (IPHAN, 2013).

Caracterizam-se como bens imateriais, segundo o IPHAN, as práticas e domínios dos saberes locais, ofícios e modos de fazer; celebrações e festas religiosas; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e lugares que abriguem práticas culturais coletivas. É relevante ressaltar a importância da preservação dos patrimônios culturais imateriais, por serem transmitidos de geração a geração, sofrendo transformações e sendo recriados com o decorrer dos anos. Assim, preserva-se também o sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para a promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2013).

2.3 LUGAR E IDENTIDADE

Assim, recorreremos às importantes contribuições do geógrafo Yi-Fu Tuan (1983) sobre a categoria lugar, apontando as sutis distinções com o espaço, pois no instante que este passa a ter uma significação transforma-se em lugar. Tuan¹ esclarece que à medida que conhecemos melhor o espaço e o dotamos de valor, o espaço ora indiferenciado adquire valores e transforma-se em lugar. Na experiência, o significado de espaço frequentemente funde-se com o de lugar, no qual o espaço é mais abstrato do que o lugar. No espaço, o sentimento é de liberdade e no lugar

sente-se segurança, ou seja, ao mesmo tempo possuímos sentimento de apego ao lugar, desejamos a liberdade sugerida pela ideia do espaço.

Uma das preocupações de Tuan nos estudos sobre lugares era mostrar como as pessoas se sentiam nos lugares, considerando as diferentes maneiras de experienciar (sensório-motora, tátil, visual, conceitual), além de procurar interpretar esses lugares como imagens de sentimentos complexos.

Esses lugares setorizados, de acordo com Frémont (1976, p. 99) representam uma combinação de elementos econômicos, demográficos, ecológicos, sociológicos e culturais, que formam “uma trama elementar no espaço, com as combinações mais simples, mas talvez as mais fundamentais das estruturas do espaço: o campo, o caminho, a rua, a oficina, a casa, a praça, o cruzamento.” Nesses lugares os homens e as coisas localizam-se, nos quais tudo pode estar carregado de sentido e significação e constituem uma paisagem cultural.

Na visão de Kozel (2001, p. 153), outro aspecto é a percepção do homem sobre o lugar na qual o processo de interação com o meio ambiente seleciona informações percebidas, armazena-as e confere-lhes significado. As formas de apropriar-se do espaço é que constroem os sentidos do indivíduo pelo lugar. O lugar reflete-se em diversas porções de apropriação do espaço vivido, seja a casa, a praça, a rua ou o bairro, encerrando uma multiplicidade de relações, e apresentando funções de uso determinados pelos ritmos de vida e formas de apropriação do espaço a partir de sua função social.

2.4 IMAGEM COMO SIGNO

Santaella e Nöth² (2008, p. 36) explicam que o conceito de imagem pode assumir dois polos opostos de entendimento. Um descreve a imagem visível ou existente. O outro refere-se à imagem mental, a qual mesmo na ausência de estímulos visuais pode ser evocada. No pensamento ocidental, esses dois polos representavam a dualidade entre percepção e imaginação. Essa polissemia dos conceitos de imagem, na Antiguidade, foi observada nas possibilidades de significados da palavra grega *eikon*, que significava dois tipos de imagens: imagens artificiais como as pinturas ou uma simples estampa de selo; e imagens naturais

como as imagens sombreadas e espelhadas. Outras dualidades eram observadas como entre a imagem verbal e a imagem mental ou até mesmo entre a imagem e o seu objeto de referência, causando uma oposição entre o ser e parecer.

Essa concepção grega de conceituação das imagens, ainda pode ser encontrada na atual tipologia da imagem que se distingue em: imagens gráficas (imagens desenhadas ou pintadas, esculturas); imagens ópticas (espelhos, projeções); imagens perceptíveis (dados de ideias, fenômenos); imagens mentais (sonhos, lembranças, ideias, fantasias) e imagens verbais (metáforas, descrições). Contudo, ainda em muitas culturas, as opiniões dividem-se sobre o entendimento das imagens, polarizando-as entre a imagem como representação visual e como imaginação mental.

Na visão de Santaella e Nöth³, a imagem pode ser observada por dois polos: na qualidade de signos que representam aspectos do mundo visível e na condição de figuras puras e abstratas ou formas coloridas. Essa dualidade reflete-se na Semiótica da Imagem, na dicotomia entre signos icônicos e signos plásticos, pois no conceito de Peirce nem todos os signos icônicos são imagens visuais. A categoria de ícone compreende também formas não visuais como, por exemplo, as formas acústicas, táteis, olfativas, formas conceituais, inclusive imagens mentais, podem ser signos.

Assim, nessa polissemia semiótica, o signo de imagem constitui-se um significante visual (*representamen*), que remete a um objeto de referência ausente, evocando no observador um significado (interpretante) ou uma ideia do objeto. O conceito de imagem pode ser encontrado em cada um dos três constituintes. Por exemplo, o *representamen* ao assumir a imagem mental (ideia, imaginação de algum objeto), o objeto de referência como a imagem original, da qual foi feita uma cópia, e o interpretante como a própria imagem mental.

A distinção entre o signo plástico e signo icônico não pode ser confundida com a simples dicotomia entre expressão e conteúdo de um signo de imagem, pois o signo plástico possui tanto expressão como conteúdos, os quais dependem do olhar do observador que une as qualidades como forma, cor e textura, e lhes dá significação. Nesse contexto, entendemos que às vezes as diferenças são sutis

entre um signo icônico de um signo plástico, pois algumas imagens icônicas podem ser consideradas como signos plásticos, dificultando a análise semiótica.

Essa breve discussão sobre as imagens mentais nos faz refletir se as representações mentais como, por exemplo, os mapas mentais não estariam constituindo signos plásticos. Diante dessa preocupação, partimos para o aprofundamento dos aportes conceituais de mapas mentais, um dos aportes teórico-metodológicos utilizados nesta pesquisa.

3. OBJETO DE ESTUDO

Os Colégios Estaduais são localizados no município de Matinhos-PR, em área urbana, o Colégio Estadual Mustafá Salomão com sede na Av.: Paranaguá, s/n, Balneário Currais, com aproximadamente 485 alunos, possui uma infraestrutura com quadra de esporte, biblioteca, laboratório de informática, computadores, internet, 7 salas de aulas, 47 funcionários, sala de diretoria, sala de professores, cozinha, refeitório, despensa, almoxarifado, lavanderia, pátio coberto e descoberto, conta também com Atendimento Educacional Especializado (AEE), Ensino Regular Fundamental, Ensino Médio Regular e meio período. Onde foi realizada a coleta de dados, os mapas mentais em 15 alunos do 6º ano com idade entre 11 e 12 anos.

Colégio Estadual Mustafá Salomão



Fonte: o autor (2018)

O Colégio Estadual Sertãozinho com sede à Avenida Curitiba, nº 1111, Bom Retiro, foi inaugurada em 13/06/1988, iniciou-se com 4 turmas de 1º a 4º séries

e 4 turmas de 5^o a 8^o séries no período da manhã e tarde. Somente em 1989 a escola teve sua primeira diretora por indicação a Professora Marilza de Fátima Portella, antes desta data a escola era administrada pela inspetora de Educação a Professora Odalis Orzenn Waess e pelo representante do Núcleo Regional de Educação Professor Luiz Carlos dos Santos (Luizinho).

Em 1994 foi suspenso o ensino de 1^o a 4^o série passando a funcionar somente turmas de 5^o a 8^o série e foi em 1999 a escola passa a denominar-se Colégio Estadual Sertãozinho, atendendo em 3 períodos. Atualmente o colégio está sob a direção da Professora Jeane Fernanda dos Santos Viana e oferece 41 turmas nos turnos da manhã, tarde e noite, sendo 26 do Ensino Fundamental, 14 do Ensino Médio e 1 do Celem, 1 sala CAEDV, 1 sala de Recursos, 2 salas de apoio, num total de aproximadamente 1426 alunos. Foi realizada a coleta de dados, os mapas mentais em 15 alunos do 6^o ano com idade entre 11 e 13 anos.

Colégio Estadual Sertãozinho



Fonte: web (2018)

As Escolas Municipais são localizadas em Paranaguá-PR, em áreas rurais, a Escola Municipal do Campo Amparo, situada na Ilha de Amparo, CEP: 83203-970, ensino regular fundamental, anos iniciais, meio período. Para ter acesso somente de barco, fica aproximadamente 20 km de Paranaguá.



Fonte: o autor (2018)



Fonte: o autor (2018)

Escola Municipal do Campo Cipriano Librano Ramos, situada na Rodovia Elísio Pereira Alves Filho, PR-508 – Colônia Pereira, Diretora de Unidades Escolares: Rosângela dos Santos Pelegrini Neves, Chefia de Coordenação das Escolas do Campo: Dircéia Alves Batista, Administração: Rose Mari Mendes dos Santos, Professora Regente: Cliciane de Souza Meduna.

Escola Municipal do Campo Cipriano Librano Ramos



Fonte: o autor (2018)



Fonte: o autor (2018)

4. METODOLOGIA DE PESQUISA

Essa pesquisa com enfoque qualitativo tem sua coleta de dados embasada no aporte teórico da Geografia Humanista-Cultural, em sua vertente fenomenológica. Nesse sentido, serão utilizados mapas mentais como ferramental para a coleta de dados. O estudo foi realizado com alunos de Escolas Municipais do Campo de Paranaguá com alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental. As escolas envolvidas na pesquisa são Escola Municipal do Campo Colônia Pereira, com 15 alunos participantes e Escola Municipal do Campo de Amparo, com 08 alunos participantes. A equipe de trabalho foi constituída por duas professoras, eu, a orientadora, e a professora da Escola como colaboradora, para desenvolver o presente estudo.

Os exemplos de metodologias de análise e interpretação de mapas mentais, citados acima, apresentam sutis semelhanças, verificando-se a cada nova proposta a busca pelo aprimoramento dos métodos existentes, neste caso, usado a metodologia Kozel.

A geógrafa Salete T. Kozel, Doutora em Geografia (2001), atualmente, é professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (Brasil). Sua metodologia fundamenta-se nas teorias sócio-interacionista-bakthiniana para desvendar o significado dos signos de uma imagem, contribuindo nas análises espaciais e compreendendo a lógica dos atores, desde as aspirações individuais aos sistemas de valores dos grupos sociais.

A metodologia Kozel consiste de três momentos: 1) classificar os mapas a partir das categorias ou parâmetros; 2) associar às entrevistas dos indivíduos, atores da investigação; 3) Os elementos identificados nos mapas mentais são analisados por meio das teorias lingüísticas (Bakthin) para, então, compreender a intencionalidade dos significados das imagens, considerando o mapa mental como um texto.

No primeiro momento os parâmetros para a classificação dos mapas são: a) a interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem; b) a distribuição dos elementos da imagem, quanto à especificação dos ícones (pela representação de elementos da paisagem natural, da paisagem construída, dos elementos móveis e humanos); c) a apresentação de outros aspectos ou particularidades.

Interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem: nesta categoria de classificação os mapas são distinguidos pela sua diversidade de formas representativas, que são identificadas por ícones ou formas de representação gráfica por meio de desenho; letras, isto é, palavras complementando as representações gráficas; e mapas, formas de representação cartográfica que evidenciam a espacialização do lugar.

Interpretação quanto à distribuição dos elementos da imagem: nesta categoria as representações mentais são classificadas segundo a disposição da imagem.

- Representação da imagem em perspectiva;
- Representação da imagem em forma horizontal;
- Representação da imagem em forma circular;
- Representação da imagem em forma de quadros e quadras;
- Representação da imagem de maneira dispersa;
- Representação de imagens isoladas.

Interpretação quanto à especificidade dos ícones: nesta interpretação, as imagens são classificadas quanto à forma e a distribuição, partindo-se do mais simples ao complexo, com intenção de detalhar ainda mais a análise, especificou-se os ícones que compõe a imagem em quatro grupos.

- representando elementos da paisagem natural;
- representando elementos da paisagem construída;
- representação de elementos móveis;
- representação de elementos humanos.

No segundo momento, os mapas mentais são associados às entrevistas para se desvendar o mundo vivido do indivíduo, as relações de afetividade e os valores simbólicos do lugar representados nas imagens mentais. Nesta associação identificam-se os elementos sógnicos de maior relevância para a análise.

No terceiro momento, os elementos identificados são analisados por meio da teoria lingüística de Bakthin. Nesta fase de análise geram-se tabelas e gráficos para confrontar os dados e por fim compreender a intencionalidade dos significados das imagens.

A metodologia Kozel se mostra a mais complexa, pois vai além da classificação dos mapas mentais ao alcançar a interpretação dos mesmos com os aportes das teorias sógnicas e lingüísticas. Uma metodologia elaborada a princípio

para as análises dos mapas mentais de sua pesquisa de doutoramento, a qual foi sendo utilizada, com algumas adaptações, por outros pesquisadores da Geografia, Arquitetura, Turismo, demonstrando suas interfaces interdisciplinares. Por fim o coroamento dessa “metodologia Kozel” ocorreu em 2007, com a publicação do artigo “Mapas mentais: uma forma de linguagem: Perspectivas metodológicas”.

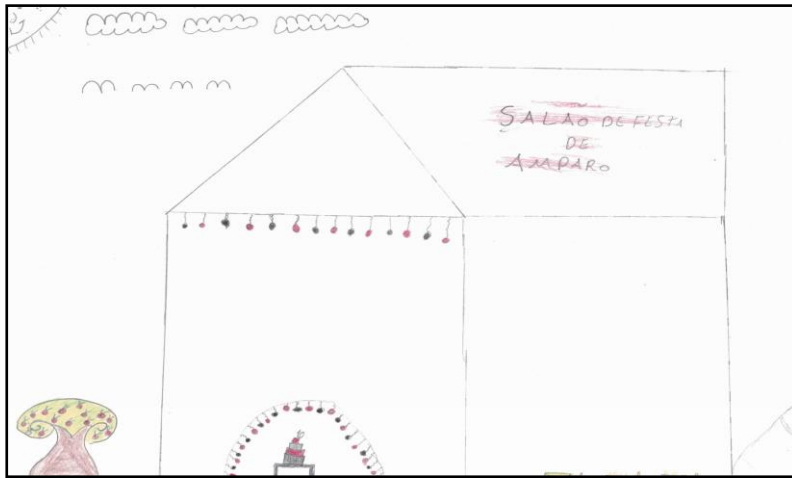
Desta forma, a metodologia de Kozel tem sido referência para diversos pesquisadores brasileiros, tendo em vista suas perspectivas metodológicas interdisciplinares que consolidam os mapas mentais como eficiente instrumento científico de subsídio às políticas públicas de planejamento. Com base nesses aportes surgem novas propostas, cujas metodologias refletem o tempo atual, apresentando novas perspectivas de investigação e possibilidades de pesquisa.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A representação mental apresentada nos mapas mentais pelos alunos das Escolas do Campo nos mostraram que crianças moradoras em áreas rurais tem percepções muito diferentes das crianças de áreas urbanas. Não que seja uma percepção limitada, ao contrário, é uma percepção aonde o mundo vivido deles mostra os elementos naturais e o contato com a natureza de uma maneira mais aflorada. O cotidiano dessas crianças está restrito ao percurso da casa à escola, da casa a igreja e da casa a casa de familiares próximos e amigos da escola. Nos mapas mentais a seguir podemos ver algumas das representações mentais dos sujeitos analisados:

Escola Municipal do Campo de Amparo:

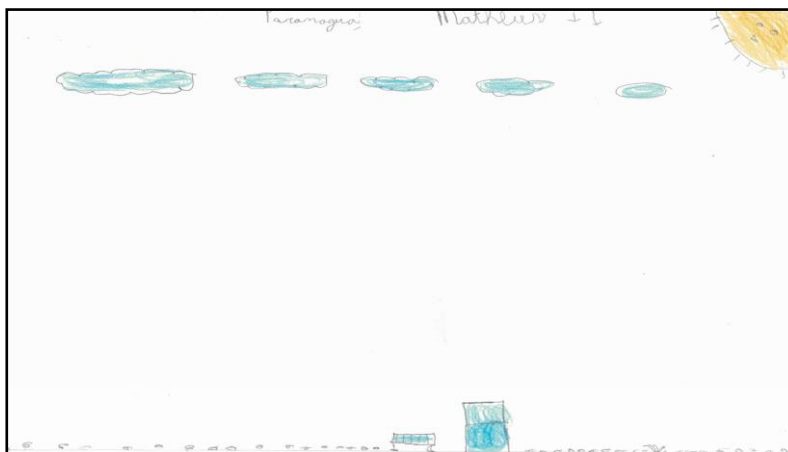
Figura 1 Mapa Mental



Fonte: o autor (2018)

Na análise do mapa mental acima, levantado o signo mais incidente no mapa, considerado como Patrimônio Cultural material, o salão de festa da Ilha, considerado um local onde são realizadas as comemorações festivas e também considerado como Patrimônio Cultural imaterial por serem realizadas as festas tradicionais do lugar.

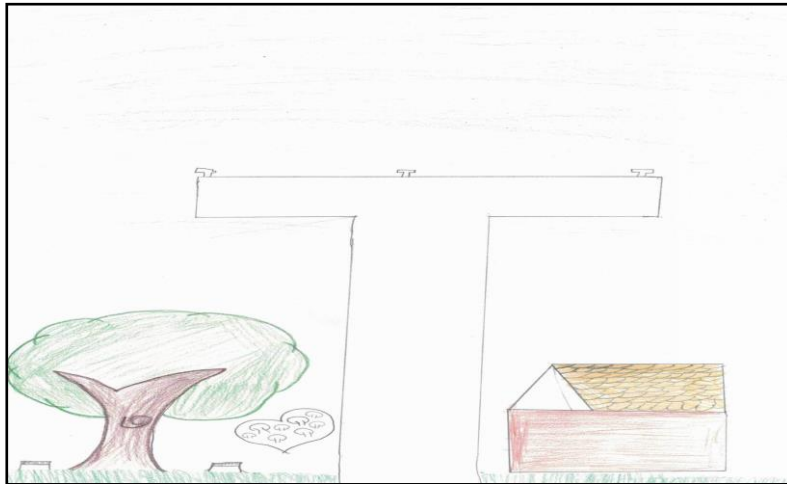
Figura 2 Mapa Mental



Fonte: o autor (2018)

Analisado o mapa mental acima, o signo mais incidente a chácara dos pôneis, considerado como um Patrimônio Cultural material, por ser um lugar onde se tornou ponto turístico e de visitação pelas crianças da ilha.

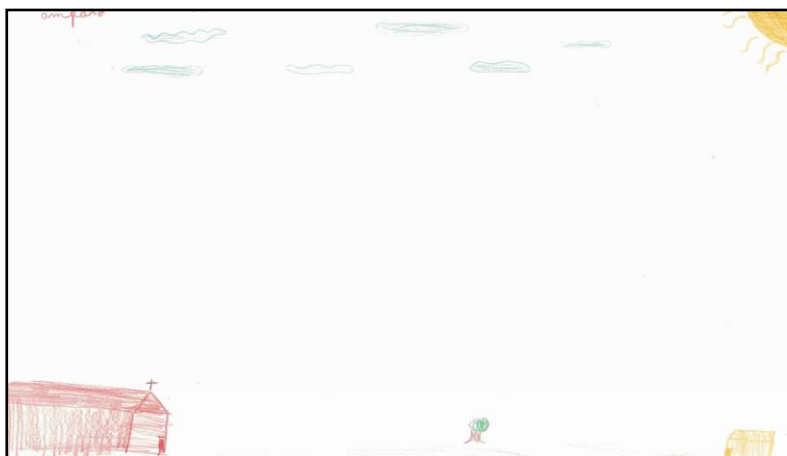
Figura 3 Mapa mental



Fonte: o autor (2018)

Analisado o mapa mental acima, consideramos como Patrimônio Cultural material, o trapiche “pracinha” da Ilha, um lugar onde as crianças se encontram para brincar e apontam para os visitantes e turistas um dos lugares mais freqüentado por elas. Observamos que não é na sua forma de desenhar e sim na sua maneira de pensar e de se expressar através do mapa mental que é possível traduzir a expressão do lugar.

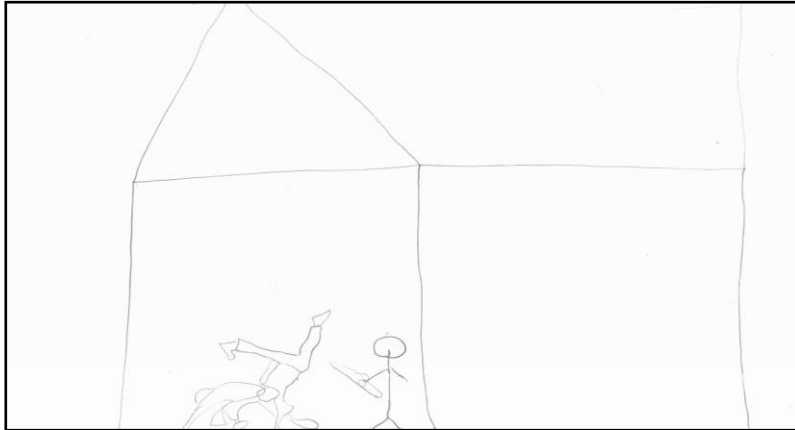
Figura 4 Mapa mental



Fonte: o autor (2018)

Na caracterização do Patrimônio Cultural Material o signo, recorrente, mais apresentado na amostra coletada foi a Igreja. Não houve nenhum outro elemento sógnico que eles representassem, muito provavelmente devido sua experiência de vida estar restrita a vida do campo. A maioria dos alunos nunca tiveram a oportunidade de ir ao centro urbano do município de Paranaguá.

Figura 5 Mapa mental

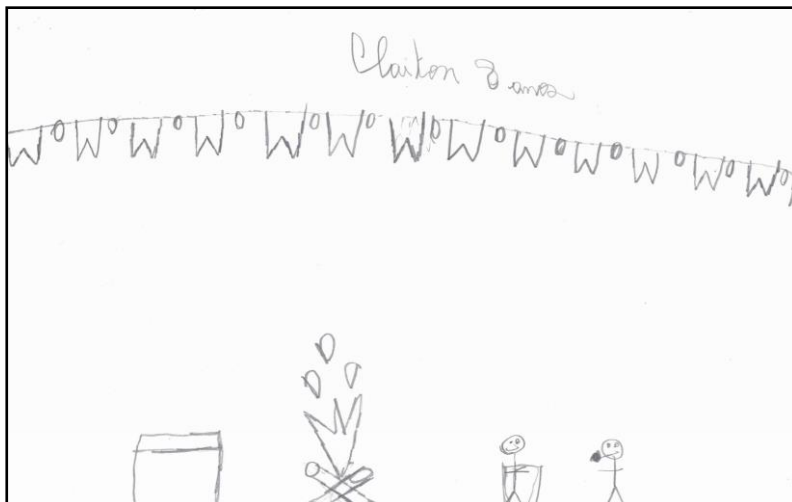


Fonte: o autor (2018)

Analisado o mapa mental acima, a prática da capoeira na comunidade é uma das atividades realizadas pelas escolas do campo e é considerada significativa para a interação e o desenvolvimento cognitivo e mental delas. É um signo recorrente que para elas é considerado como um Patrimônio Cultural imaterial.

Escola Municipal do Campo Cipriano Librano Ramos:

Figura 6 – Mapa Mental



Fonte: o autor (2018)

A representação mental da Festa Junina da comunidade foi um dos signos mais recorrentes nos mapas mentais. Observamos que para essas crianças, a festa junina é considerada um evento significativo na memória delas e por se repetir anualmente, para elas é um patrimônio imaterial.

Figura 7 Mapa Mental



Fonte: o autor (2018)

Nesse mapa mental o aluno representou como Patrimônio Cultural imaterial o Centro de Tradição Gaúcha. Local próximo a escola e a comunidade da Colônia Pereira, aonde realizam periodicamente bailes nos finais de semana com danças típicas gaúchas e eventuais rodeios.

Figura 8 Mapa Mental



Fonte: o autor (2018)

A representação mental do natal pelos alunos, por ser um elemento significativo na memória das crianças se repetindo todos anos e assim por elas considerado como Patrimônio Cultural imaterial.

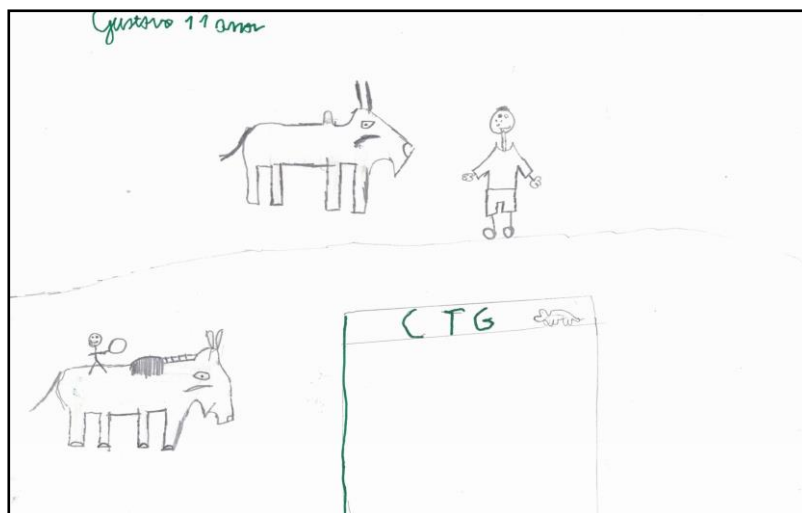
Figura 9 Mapa Mental



Fonte: o autor (2018)

A Festa Junina um dos signos mais recorrentes entre as crianças, considerado por elas como um Patrimônio Cultural imaterial.

Figura 10 – Considerado como Patrimônio Cultural – CTG - Rodeio



Fonte: o autor (2018)

O aluno representou como Patrimônio Cultural imaterial o Centro de Tradição Gaúcha, um signo recorrente entre as crianças.

Colégio Estadual Sertãozinho:

Figura 11 Mapa Mental



Fonte: o autor (2017)

Nesse mapa mental considerado pelas crianças como Patrimônio Cultural material, o mercado do peixe evidenciado por seu tempo existente na cidade, assim presente na memória das crianças.

Figura 12 Mapa Mental



Fonte: o autor (2017)

Nesse mapa mental o aluno representou o posto de saúde e a prefeitura de Matinhos como Patrimônio Cultural material, por ser comum no seu dia a dia com a vida urbana.

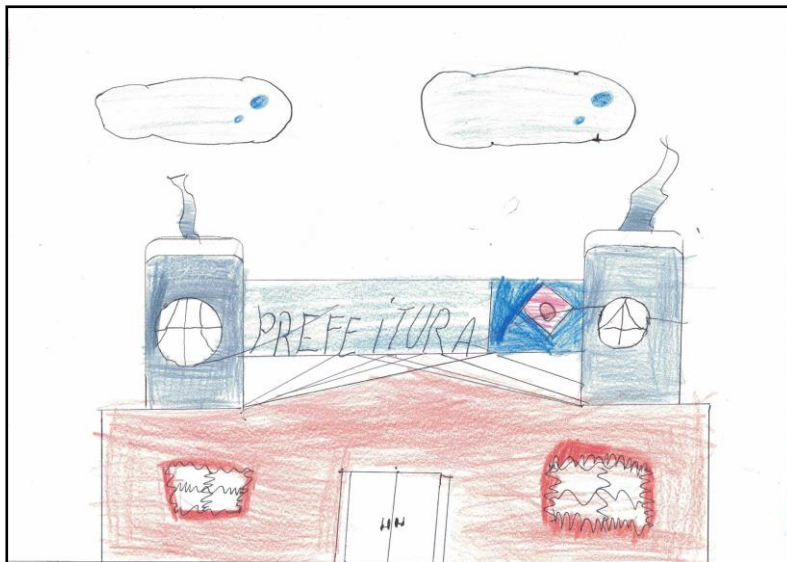
Figura 13 Mapa Mental



Fonte: o autor (2017)

Nesse mapa mental evidenciado o signo mais recorrente entre os alunos a prefeitura de Matinhos tem relevância entre a memória dessas crianças, devido ao seu cotidiano na vida urbana, considerado como Patrimônio Cultural material.

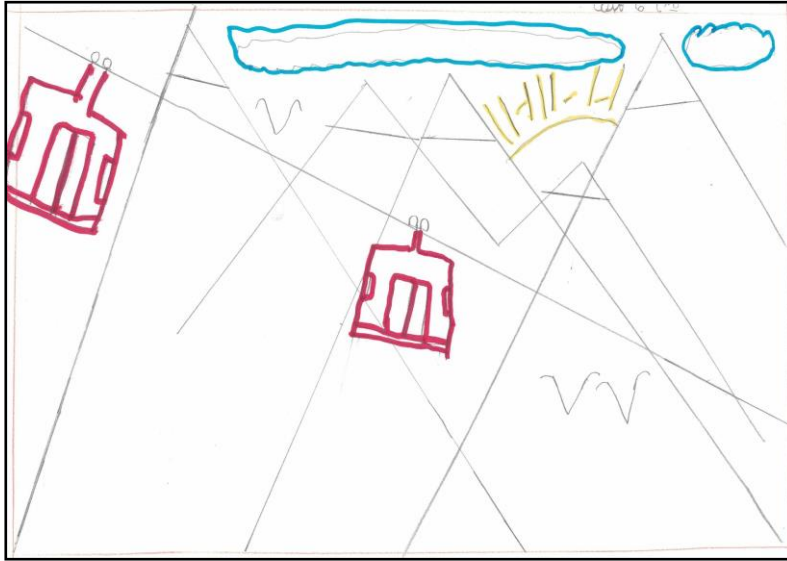
Figura 14 Mapa mental



Fonte: o autor (2017)

Considerado como Patrimônio Cultural material, como citado na figura 13 – um signo recorrente entre as crianças, devido ao seu cotidiano na vida urbana.

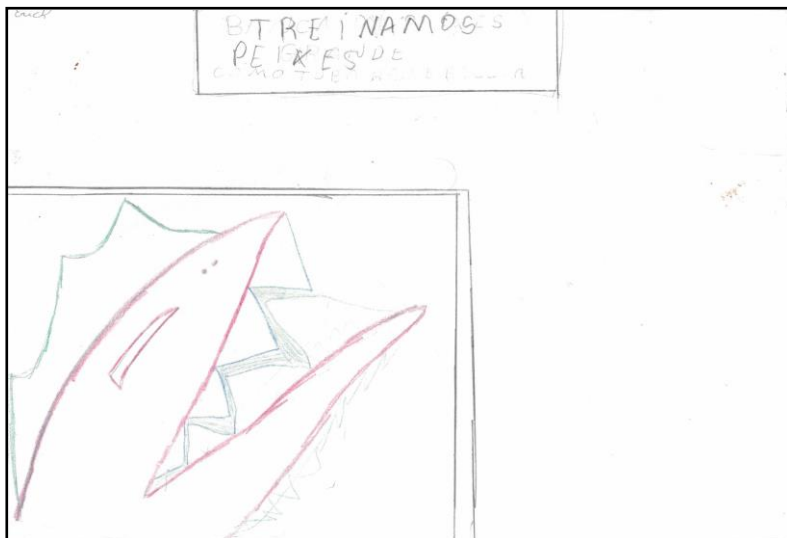
Figura 15 Mapa Mental



Fonte: o autor (2017)

O aluno representou o teleférico considerado como Patrimônio Cultural Material, mesmo hoje não existindo mais, tem em memória das crianças, por ser muito comentado em casa e na própria cidade.

Figura 16 Mapa Mental



Fonte: o autor (2017)

No mapa mental acima, o signo evidenciado como a pesca, considerado pelo aluno com Patrimônio Cultural imaterial, por ser uma rotina na sua vida cotidiana passando de pai pra filho essa tradição da cidade do litoral.

Colégio Estadual Mustafá Salomão:

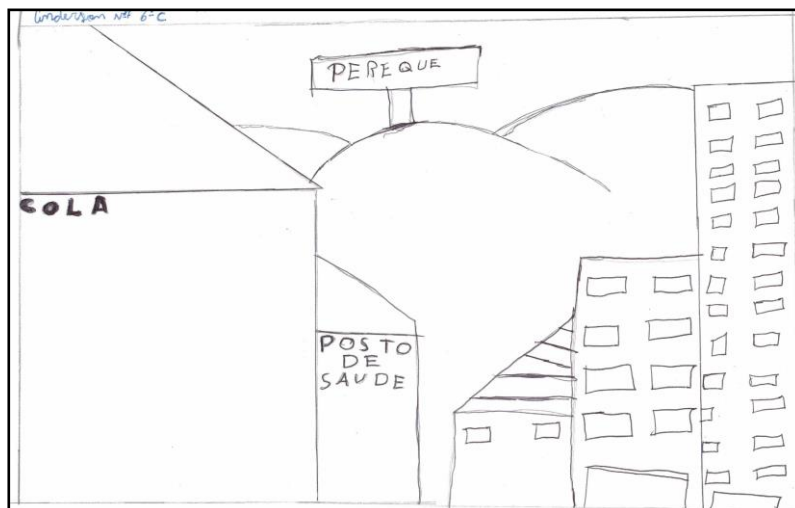
Figura 17 Mapa mental



Fonte: o autor (2017)

A representação mental do museu, considerado como Patrimônio Cultural material, deve-se ao cotidiano urbano da criança por conhecer várias cidades sendo comum entre ela e seus familiares fazer visitas a museus.

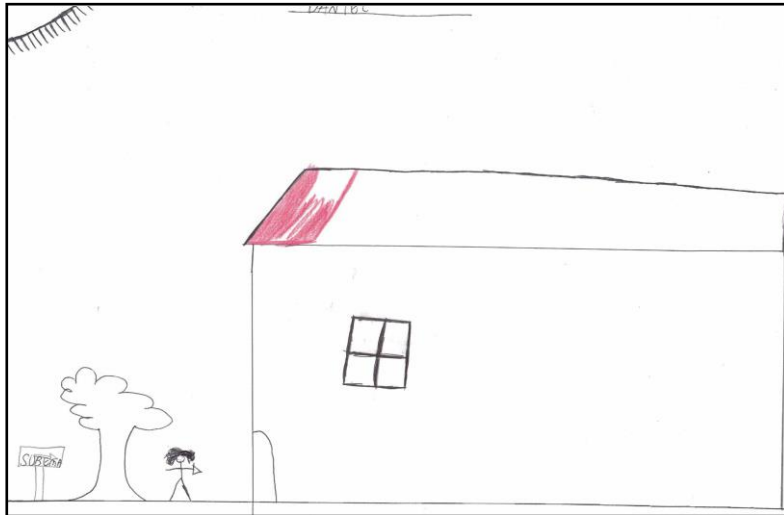
Figura 18 Mapa Mental



Fonte: o autor (2017)

O signo mais evidente nesse mapa mental considerado como Patrimônio Cultural material, o posto de saúde, tem a familiarização para a criança na vida cotidiana urbano, tornando-se mais relevante na sua consideração e entendimento por Patrimônio.

Figura 19 Mapa mental



Fonte: o autor (2017)

A escola considerada como Patrimônio Cultural material, representada por um mapa mental, o aluno leva em consideração o fato de ser uma rotina em sua vida por permanecer parte do seu dia com colegas e professores em um lugar público.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre a percepção do patrimônio material e imaterial nesse trabalho, nos leva a algumas conclusões preliminares. O mundo vivido das crianças que moram em áreas do campo é completamente diferente das crianças que vivem em áreas urbanas. Podemos constatar essa diferenciação nos resultados obtidos através do material coletado nas escolas, pelas crianças. O entendimento das crianças da área urbana, nota-se um maior entendimento por patrimônio material, em contra partida as crianças da área rural um maior entendimento por patrimônio imaterial.

Outras conclusões preliminares que devem ser consideradas: Compreender que a atividade de Educação Patrimonial deve respeitar as especificidades e a realidade das crianças. A faixa etária que foi adotada para essa investigação, em alunos dos anos do 4º e 5º ano do ensino fundamental, do campo, entre 9 a 12 anos, cujas crianças são dependentes e não tem acesso fácil à área urbana, por isso o universo de percepção é restrito ao bairro aonde moram. E a faixa etária para a investigação, em alunos do 6º ano em Colégios da área urbana, entre 11 e 12 anos, são mais livres e seu universo mais amplo por isso sua mobilidade se torna mais fácil pelo fato de morar em uma cidade urbana.

Um dos resultados relevantes que podemos concluir dessa investigação é que os signos presentes nos mapas mentais estão relacionados não com a capacidade de desenhar da criança, mas com a vivência dela com o espaço onde ela mora, com a escola, com o bairro e com o lugar aonde está sua casa.

Trata-se de uma investigação que nos instigou a um maior aprofundamento para se conhecer melhor a realidade das escolas do campo, e de alguma forma colaborar com o ensino-aprendizagem dessas crianças e no aprimoramento do desenvolvimento cognitivo e mental.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, S. F. N. **Educação Patrimonial como mediadora da informação no projeto de arqueologia preventiva da área de intervenção do projeto Juriti/Pará.** 61 f. Monografia (Especialização em Arqueologia, História e Sociedade), Universidade de Santo Amaro, São Paulo, 2010.

BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Rio de Janeiro, 06 de dez. 1937. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 20/10/2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

ESTÉBANEZ ALVAREZ, J. Problemas de interpretación y valoración de los mapas mentales. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense.** Madrid, v. 1, p.15-39, 1981.

FRÉMONT, A. **La région espace vécu.** Paris: Presses Universitaires de France, 1976. p. 195-223.

GALVÃO, W. **Que Geografia se ensina?** Um estudo sobre as representações de Geografia segundo alunos da 6ª série do Ensino Fundamental. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

HERRERO FABREGAT, C. **Geografía y Educación:** sugerencias didácticas. Madrid: Huerga y Fierro, 1995.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial.** Disponível em: <<http://educacaopatrimonial.wordpress.com/about/>> Acesso em: 20/10/2018.

KASHIWAGI, H. M. **O processo de percepção e apropriação do espaço nas comunidades marginais urbanas:** o caso da favela Parolim em Curitiba – PR. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

KASHIWAGI, H. M. **As representações da paisagem no Parque Nacional de Superagui:** as homônimas sígnicas da paisagem em áreas preservadas. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

KOZEL TEIXEIRA, S. **Das imagens às linguagens do geográfico:** Curitiba, a “capital ecológica”. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

KOZEL, S. Mapas mentais: uma forma de linguagem – perspectivas metodológicas. In: KOZEL, S; SILVA, J. C.; GIL FILHO, S. F. (Org.) **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007. p.114-138.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NITSCHKE, L. B. **O significado do turismo no roteiro Caminhos do Guajuvira em Araucária – PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

NOGUEIRA, A. R. B. Uma Interpretação Fenomenológica na Geografia. In: SILVA, A. A. D. da; GALENO, A. (Orgs.) **Geografia**: Ciência do Complexus. Ensaios Transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 209-236.

PAES, D. L. N. **Sob os signos das boiadas**: da pesquisa à Educação Patrimonial. In: Caderno Temático de Educação Patrimonial 3 – Educação, Memórias e Identidades. IPHAN, 2013. p. 32 a 41.

RODWIN, L. Planning urban growth and regional development the experience of the Guyana program of Venezuela. Massachusetts: MIT Press, 1969.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem**: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 2008.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

Estado do Paraná. **Colégio Estadual Mustafá Salomão-EFM**.
<http://www.mustafasalomao.seed.pr.gov.br/> acesso em: 25/11/2018.

Colégio Estadual Sertãozinho EFMN-Notícias.
<http://www.mossertaozinho.seed.pr.gov.br/> acesso em: 25/11/2018.

Escolas Municipais do Campo: **Escola...**
<http://www.e paranagua.blogspot.com/> acesso em: 25/11/2018.

Educação do Campo-Prefeitura de...
<http://www.escolasdocampodeparanagua.blogspot.com/> acesso em: 25/11/2018.